

Fronteira e turismo no “concelho mais português de Portugal”*

Eduarda ROVISCO

Centro em Rede de Investigação em Antropologia

ta, citation and similar papers at core.ac.uk

brought to you

provided by Portal de Revistas Científicas

Recibido: 09-06-11

Aceptado: 12-10-11

RESUMO

O turismo tem constituído uma reserva de esperança que sustenta os discursos proferidos pelas várias escalas de poder sobre o futuro das zonas rurais raianas. O concelho de Idanha-a-Nova tem vindo a ser apontado como o mais dinâmico da Beira Interior Sul no que concerne ao turismo, sendo promovido enquanto lugar onde a “essência da nação” se oferece à contemplação, como explicita o slogan de promoção turística: “Idanha-a-Nova, provavelmente o concelho mais português de Portugal”. Este artigo pretende fornecer pistas de reflexão sobre o lugar da fronteira na criação de imagens e narrativas turísticas do concelho como “reduto de portugalidade”.

Palavras-chave: Fronteira; turismo; Idanha-a-Nova; Portugal; representações geopolíticas.

Frontera y turismo en el “municipio más portugués de Portugal”

RESUMEN

El turismo se ha constituido en una reserva de esperanza que sustenta los discursos, enunciados desde las diversas escalas de poder, sobre el futuro de las zonas rurales *rayanas*. El municipio de Idanha-a-Nova ha sido señalado como el más dinámico de la región Beira Interior Sul en lo tocante al turismo, siendo presentado como lugar en el que la “esencia de la nación” se ofrece para su contemplación, como explicita el slogan de promoción turística: “Idanha-a-Nova, probablemente el municipio más portugués de Portugal”. Este artículo pretende proporcionar pistas de reflexión sobre el lugar de la frontera en la creación de imágenes y narrativas turísticas del municipio como “reducto de portugalidad”.

Palabras clave: Frontera; turismo; Idanha-a-Nova; Portugal; representaciones geopolíticas.

* Este artigo corresponde a uma versão da comunicação apresentada no Congresso Fronteiras Ibéricas que teve lugar na Facultad de Ciencias Políticas y Sociología (Universidad Complutense de Madrid) em 2011, derivando de uma investigação efectuada no concelho de Idanha-a-Nova, financiada pela FCT e dedicada ao exame das práticas e discursos sobre fronteira e contrabando, e não aos processos de turistificação do concelho.

Frontier and tourism in the “more Portuguese municipality of Portugal”

ABSTRACT

Tourism has been heralded as a repository of hope for sustaining the future of borderlands through the discourses of different power structures. The municipality of Idanha-a-Nova has been pointed out as the most dynamic in this sector within the Beira Interior Sul region, being promoted as a place where the “essence of the nation” is offered to contemplation, as stated in the touristic slogan: “Idanha-a-Nova, probably the most Portuguese municipality of Portugal”. This article intends to provide some clues to think on the place occupied by the frontier on the construction of touristic images and narratives about this municipality as a “redoubt of Portugueseness”.

Key words: Frontier; tourism; Idanha-a-Nova; Portugal; geopolitical representations.

REFERENCIA NORMALIZADA

Rovisco, Eduarda (2011) “Fronteira e turismo no «concelho mais português de Portugal»”. *Geopolítica(s). Revista de estudos sobre espacio y poder*, vol. 2, núm. 1, 91-107.

SUMARIO: Introdução. 1. O turismo em Idanha-a-Nova. 2. O “concelho mais português de Portugal”. Nota final. Bibliografia.

Introdução

O propósito deste artigo consiste em partilhar algumas interrogações e pistas de reflexão sobre o papel atribuído à fronteira na construção do concelho de Idanha-a-Nova como lugar turístico.

Idanha-a-Nova é um concelho da Beira Interior Sul, adjacente a Espanha, com uma fronteira maioritariamente delimitada pelo curso do Rio Erges, já apelidado de “enganoso disfarce de uma raia seca” (Dionísio, 1994: xv). Este constitui, todavia, um dos troços mais antigos e estáveis da fronteira luso-espanhola (Herculano, 1982: 212). Esta, entre outras características, confere a este troço da fronteira traços distintivos, contribuindo para a heterogeneidade de modalidades de gestão prática e representacional da fronteira na raia luso-espanhola. Esta heterogeneidade faz-se mesmo sentir ao longo do troço da fronteira correspondente à raia do concelho de Idanha. Com efeito, são múltiplos os contrastes entre o norte e o sul deste município, prodigiosamente descritos por Orlando Ribeiro que assinalam a posição de charneira do concelho entre o norte e o sul do país. Note-se que, de acordo com o geógrafo, no que concerne ao clima, morfologia, vegetação e povoamento, o Alentejo começa no Ponsul (Ribeiro, 1994: 633, 634), rio que nasce na serra de Penha Garcia e corre para sudoeste até ao Tejo. Deste modo, descer do lado português, de Penha Garcia ao Rosmaninhal, ou do lado espanhol, de Valverde del Fresno a Alcántara, implica não só descer em altitude, e em regimes pluviométricos, como ver aumentar a

monotonia da paisagem, a luminosidade e outros sinais de meridionalidade que atribuem características distintas às aldeias do norte e do sul do concelho e que se espelharam tanto nas migrações de portugueses para a raia espanhola, como nas práticas de contrabando (cf. Rovisco, 2010).

Considerados o celeiro da Beira Baixa, os campos de Idanha constituíam em meados do século XX a zona mais setentrional do latifúndio (e, no período da Reforma Agrária, também da sua zona de intervenção) decorrente da concentração de terras, no século anterior, nas mãos de uma ínfima minoria de proprietários que propiciou a proletarização da população, impondo assimetrias económicas e sociais típicas do latifúndio. O processo não decorreu sem conflitos que se estenderam por décadas em várias freguesias do concelho, agravando-se com os sucessivos arroteamentos com vista ao aumento da produção de trigo, encarecendo arrendamentos e diminuindo o acesso à lenha e aos pastos para o gado caprino. Em traços gerais, no início do século XX, encontrava-se implantado um sistema de tendência latifundiária assente na exploração agro-pastoril do trigo, pasto, montado e olival, com um afolhamento maioritariamente trienal, em que à folha de trigo sucedia a folha de restolho e no ano seguinte de relva, servindo ambas de pasto aos grandes rebanhos de ovelhas brancas de proprietários do concelho e de ovelhas pretas que desciam da Serra da Estrela (Ribeiro, 1939, 1943, 1991). A miséria da população, em especial de assalariados agrícolas e pequenos rendeiros, encontra-se descrita em alguns documentos (Dias, 1945). Neste contexto, as migrações sazonais ou definitivas para os campos da raia espanhola (praticadas maioritariamente pelas populações das duas freguesias raianas mais a norte), e, sobretudo o contrabando, constituíram os recursos mais utilizados no sentido de inverter ou pelo menos aligeirar as múltiplas privações com que as populações se confrontavam diariamente. O contrabando (cf. Freire, Rovisco e Fonseca 2009; Rovisco 2010; Godinho 2011) acabaria por tornar-se o grande motor das relações transfronteiriças neste troço da raia e um recurso vital na economia das populações, sobretudo entre o final da guerra civil de Espanha e o final da década de 1960 (embora no norte do concelho estas práticas tenham persistido até à década de 1990).

Um vasto conjunto de aceleradas mudanças estruturais produzidas a partir do início da década de 1960 (ver Barreto, 1996; Viegas & Costa, 1998) onde se destaca o êxodo rural —e a consequente litorização e desagrarização—, monetarização da economia, desenvolvimento da segurança social, democratização do ensino, etc., produziram alterações profundas no interior do país —coincidente com o espaço fronteiriço—, originando uma alteração de “paradigmas sociais” (Santos, 2002: 11) que acarretaram a desvitalização demográfica e social de vastas áreas raianas e com elas o enfraquecimento das relações com as populações situadas do outro lado da fronteira.

O mundo rural e agrícola atingiu em Portugal a sua máxima “expressão territorial e demográfica em meados do século XX” (Baptista, 2001: 1). A partir da década de 1960, a grande retracção da superfície cultivada gerou uma “ruptura dos aglome-

rados locais com o espaço que os rodeia” (Baptista, 2003: 60) e uma consequente orientação deste espaço “excedente” para funcionalidades ambientais e de lazer. A passagem de um rural agrícola a um rural ecológico, ou como refere Xerardo Pereira (2003) a passagem do modelo produtivista ao modelo de “guarda florestas” (2003: 241), levou a que o mundo rural —que José Portela considera já não ser nem rural nem mundo (Portela, 2003: 9) e assim chamou de Portugal-Chão— adquirisse “um valor simbólico-estético” acrescido (Portela, 2003: 17) estimulado pelo exterior. Com efeito, ao processo de desagrarização do mundo rural, seguiu-se um esforço de revitalização dos campos nomeadamente através da sua terciarização, processo no qual se tem destacado o incentivo ao turismo. Os resultados apresentados por Luís Silva no seu estudo sobre Turismo em Espaço Rural em Portugal (TER) são eloquentes ao revelarem o contínuo crescimento tanto da oferta como da procura do TER em Portugal (Silva, 2006) sem contudo inverterem a reduzida expressão que este continua a ter num país dominado pelo turismo de praia.

1. O turismo em Idanha-a-Nova

No concelho de Idanha-a-Nova, a partir do início da década de 1960, a acentuada transferência de população para a região de Lisboa e Vale do Tejo e também para França originaram um dos índices de envelhecimento mais elevados do país e níveis dramáticos de desvitalização económica e social. No censo de 2001, Idanha-a-Nova contava 11.659 residentes, 49% dos quais com 60 ou mais anos. Entre 1960 e 2001, este concelho havia perdido 62% da sua população. Nas últimas duas décadas, no concelho de Idanha, como em muitos outros da franja raiana portuguesa, o turismo, a par com a cooperação transfronteiriça institucional, parecem constituir as únicas reservas de esperança que sustentam os discursos sobre o futuro proferidos pelas várias escalas de poder, de Bruxelas ao poder local. Esta equação entre futuro e turismo parece decorrer mais de uma crença do que duma evidência de que o turismo possa criar postos de trabalhos e assim fixar ou mesmo atrair populações, visto ser muito reduzido o número de pessoas que retiram proventos desta actividade. Exceptuando o lugar de Termas de Monfortinho e as aldeias históricas de Monsanto e Idanha-a-Velha (e em menor escala a freguesia de Penha Garcia), nas restantes treze freguesias do concelho, o papel do turismo é residual, encontrando-se praticamente circunscrito ao turismo cinegético. As contradições entre este discurso e os reais benefícios do turismo em espaços rurais têm, de resto, vindo a ser denunciadas por vários investigadores que defendem que o número de postos de trabalho criado pelo TER é diminuto, maioritariamente sazonal, e de muito baixa remuneração (Ribeiro e Marques, 2002; Silva, 2006).

Em 2006, foram contabilizados pelo INE 8 estabelecimentos hoteleiros licenciados no concelho de Idanha-a-Nova (3 hotéis, 1 pousada e 4 pensões) não se encontrando incluídas neste número as unidades de TER. De acordo com a mesma fonte,

em toda a Beira Interior Sul (concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão) existiam 15 estabelecimentos, o que indica que Idanha-a-Nova possuía neste ano mais de metade das unidades hoteleiras da Beira Interior Sul. Estes 8 estabelecimentos do concelho somavam 647 camas (347 em hotéis, 20 em pousadas, 280 em pensões), enquanto o total dos 15 estabelecimentos da Beira Interior contava 1.378 camas. Nesse mesmo ano, o INE contabilizou 16.392 dormidas no concelho e 33.549 em toda a Beira Interior Sul. No que concerne ao TER, a Direcção Geral de Turismo (DGT) contabilizou para o mesmo ano dois estabelecimentos (com 16 quartos e 32 camas).

Todavia, estes valores apontados pelo INE e pela DGT são muito inferiores ao número real de estabelecimentos hoteleiros presentes no concelho. No sítio da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova¹ foram contabilizadas 23 unidades hoteleiras, 13 em Monfortinho, 3 em Idanha-a-Nova, 2 em Monsanto, 2 em Penha Garcia, 1 no Ladoreiro, 1 em Oledo e 1 no Rosmaninhal. Estas 23 unidades não incluem a Pousada de Juventude de Idanha-a-Nova aberta ao público em Agosto de 2007 (com 66 camas e 24 quartos), o Hotel Herdade da Poupa situado no Rosmaninhal aberto em 2006 (com 32 camas e 14 quartos), a Casa de Santa Catarina em Penha Garcia (14 camas) e a Casa do Forno em Salvaterra do Extremo (24 camas). Paralelamente a estas unidades, em algumas freguesias, como Monfortinho e Penha Garcia, algumas pessoas arrendam quartos e casas.

Apesar de mais de metade das unidades hoteleiras do concelho estar situada em Termas de Monfortinho², nem todos os hóspedes destas unidades as procuram para a prática de termalismo, uma vez que a partir dos anos de 1990 o turismo nesta localidade passou a combinar a vertente termalista com a exploração dos recursos paisagísticos e cinegéticos do concelho. Nos sítios dos dois hotéis situados em Monfortinho pode verificar-se que, a par dos aquistas que frequentam o balneário por motivos terapêuticos, se pretende captar outro tipo de clientes, através da diversificação da oferta de produtos que incluem actividades desportivas, safaris fotográficos na Herdade do Vale Feitoso, ou programas de Day Spa.

Esta aposta na mercadorização dos recursos naturais e paisagísticos do concelho associa-se à criação do Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI)³ e, mais recentemente do Geoparque Naturtejo⁴. O Gabinete de Turismo da Câmara Municipal de

¹ URL: <<http://www.cm-idanhanova.pt/>>. Acesso a 28 de Fevereiro de 2008.

² Sobre Termas de Monfortinho, ver Barreto (1950).

³ Criado pelo Decreto-Regulamentar nº9/2000 de 18 de Agosto, abrange em território português os concelhos de Castelo Branco e Idanha-a-Nova, estendendo-se pelo trecho fronteiriço do vale do Tejo e pelos troços finais dos vales dos rios Ponsul, Aravil e Erges. No concelho de Idanha, abrange territórios das freguesias de Rosmaninhal, Segura e Salvaterra do Extremo.

⁴ O concelho de Idanha-a-Nova faz ainda parte conjuntamente com os concelhos de Castelo Branco, Nisa, Oleiros, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão do Geopark Naturtejo da Meseta Meridional, que integra desde Julho de 2006 a rede global de geoparques. No que concerne ao concelho de Idanha-a-Nova, a

Idanha-a-Nova tem vindo a promover uma série de actividades enquadradas nas vertentes de turismo natureza, turismo ambiental, turismo rural, turismo aventura. Note-se que estas diferentes classificações possuem fronteiras muito imprecisas e que o mesmo produto, por exemplo um passeio equestre, pode ser promovido enquanto turismo rural, natural, activo, aventura⁵. No âmbito da promoção do turismo no PNTI, destaca-se a instalação de redes de sinalização e interpretação de percursos pedestres, o incentivo à prática de desportos como canoagem, BTT, pedestrianismo e a instalação de estruturas de observação de aves. Como exemplo da oferta de percursos pedestres no concelho, veja-se que, só em 2006 a Revista Adufe anunciou 16 passeios: Rota da Egitânea, Rota dos Abutres, Rota da Idanha, Percorso Monsanto, Percorso a pé e de burro do Ladoeiro, Rota do Contrabando a pé e a cavalo de Penha Garcia, Percorso do Rosmaninhal, Percorso pedestre do contrabando de Penha Garcia, Percorso pedestre nocturno de Salvaterra, Rota dos Barrocais de Monsanto, Rota dos Fósseis, Percorso pedestre da Sr^a da Azenha, Rota das Minas, Percorso dos Veados e Alares, Percorso pedestre S. Miguel D’Acha, Percorso Pedestre em Proença-a-Velha.

A abundância de percursos pedestres temáticos no concelho de Idanha-a-Nova decorrendo de uma alteração das representações sobre o acto de caminhar que adquiriu um significado terapêutico e lúdico (Urry, 1995: 201-202) é comum a muitos outros concelhos do país revelando uma tendência do turismo praticado em espaços rurais nos países ocidentais (Silva, 2009). Saliente-se que dois dos percursos supracitados referem o contrabando, e é apenas no âmbito destes produtos que se produz o único processo de turistificação do contrabando, não apenas neste como em muitos outros concelhos (ver Silva, 2009).

Numa análise sobre as rotas de contrabando existentes no país, Luís Silva (2009) assinala a grande diversidade destes produtos ao nível dos meios de locomoção (passeios pedestres, equestres, de BTT, de burro), duração, e modalidades de comunicação de conteúdos relativos ao contrabando —narrados por contrabandistas ou guardas fiscais antes ou durante o percurso ou encenando episódios relativos a apreensões e perseguições—. Contudo, existem muitas rotas onde não existe qualquer comunicação de conteúdos. Foi este o caso das duas edições da Rota do Contrabando a Cavalo de Penha Garcia que acompanhei em 2003 e 2004. Esta rota⁶,

promoção turística efectuada pela empresa Naturtejo tem privilegiado a freguesia de Penha Garcia especialmente pela presença de fósseis [URL: <<http://www.naturtejo.com/conteudos/pt/introducao.php>>. Acesso a 2 de Março de 2008).

⁵ Sobre a indefinição destes conceitos, ver Joaquim (1999) ou Honey (1999).

⁶ A rota foi organizada pela empresa “A Canada” e pelo Clube Equestre de Penha Garcia Rancho das Casinhas - contando com o apoio da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, Junta de Freguesia de Penha Garcia e Junta de Turismo de Monfortinho.

realizada na Primavera, consiste num passeio a cavalo entre Penha Garcia e a fronteira, incluindo um almoço servido na margem portuguesa do rio.

Ilustração 1. Rota do contrabando a cavalo de Penha Garcia (2003)



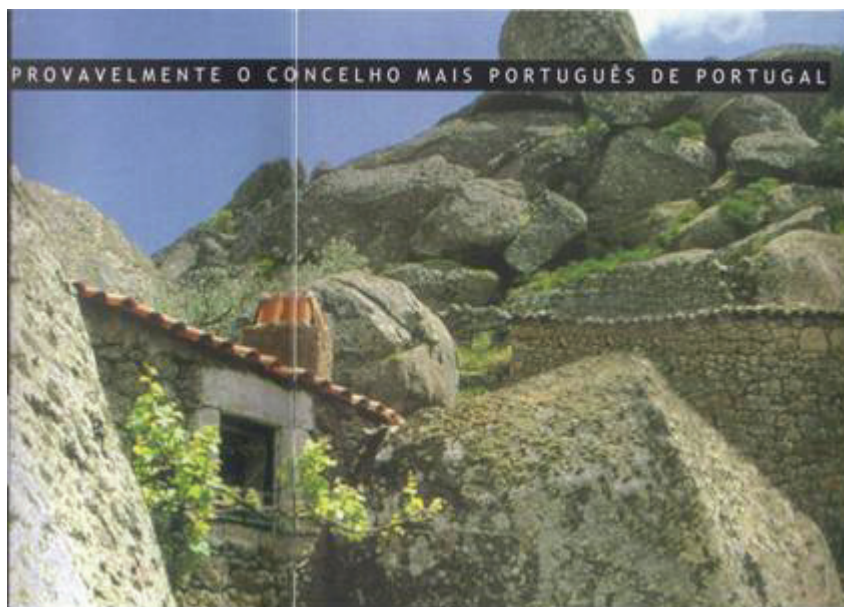
Apesar de o líder de uma quadrilha de contrabandistas de Penha Garcia ter acompanhado o passeio e se ter disponibilizado para responder a questões sobre contrabando, foram poucas as questões colocadas pelos participantes, dado estes serem maioritariamente do distrito de Castelo Branco e já terem participado em edições anteriores da mesma rota. Refira-se ainda que o percurso se realizou apenas em território português e que a participação de espanhóis é ínfima. Deste modo, o contrabando é, nesta rota, apenas um pretexto para a realização de um passeio equestre através de uma paisagem primaveril muito apreciada pelos participantes, monumentalizando-se assim a paisagem e não o contrabando que de resto raramente constitui tema de conversa entre os participantes (Silva, 2009: 277).

2. O “concelho mais português de Portugal”

Para além da exploração dos recursos paisagísticos, Monsanto — dita no Guia de Portugal como a “povoação da Beira Baixa que mais interesse pode merecer a quem

visite esta província” (AA VV, 1994: 694)— continua a constituir o “ex-libris” turístico deste concelho. A sua eleição como “aldeia mais portuguesa de Portugal” no concurso promovido pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) em 1938, continua a constituir o cartão de visita do concelho, tendo inspirado o slogan turístico do concelho patente nos desdobráveis distribuídos nos Postos de Turismo: “Idanha-a-Nova, provavelmente o concelho mais português de Portugal”.

Ilustração 2. Slogan de promoção turística em desdobrável distribuído nos Postos de Turismo



Na bibliografia sobre o concurso (Brito, 1982; Félix, 2003) não foi ainda trazido a debate a questão da proximidade de Monsanto à fronteira, ou do seu papel no turismo em Idanha. Não sendo meu propósito analisar aqui estes temas, devem contudo ser levantadas algumas questões que ficarão em aberto. Desde logo, salienta-se a coincidência de, em plena Guerra Civil de Espanha, um concurso criado pelo SPN, organismo a quem competia “combater por todos os meios ao seu alcance a penetração no nosso país de quaisquer ideias perturbadoras e dissolventes da unida-

de nacional”⁷, eleger uma aldeia próxima da fronteira onde, num documento de 1933, referente ao pedido de “instalação imediata” de um posto da GNR, pode ler-se:

Monsanto, Vila a poucos kilómetros da fronteira e com uma população de cerca de 4000 almas, mantém desde há alguns anos estreitas relações com o Paiz vizinho e isto devido à sua situação geográfica. Estas relações são mantidas há mais de 20 anos por centenas de trabalhadores que a Hespanha vão procurar trabalho especialmente nas minas, e presentemente, apesar da crise ainda se mantem ali perto de duas centenas. Teem sido estes que nas suas frequentes visitas às famílias fizeram o meio anárquico que é aquela freguesia hoje. É frase corrente em qualquer habitante de Monsanto, esta: “O nosso dia há-de chegar, porque em Hespanha já chegou”. E assim estão-se dando hoje assaltos constantes às propriedades rústicas roubando fructos, sementes, galinhas, tudo quanto encontram!... estes assaltos teem aumentado a ponto de não hesitarem em entrarem em casas particulares e arrombarem os móveis levando o que lá há. Cita-se o assalto ao Club em que arrombaram um armário levando o dinheiro que lá havia e na mesma noite ou na noite seguinte o assalto e roubo da caixa escolar na escola feminina com arrombamento de uma secretária. [...] Acontece mais que de noite se houver [*sic*] dizer nas ruas em altas vozes que ainda hão-de correr os ricos à bomba e que hão-de espetar-lhe uma faca na barriga. [...] O estado daquela gente tem de então para cá ido n’um crescendo verdadeiramente assustador⁸.

Não cabendo aqui analisar este concurso, a questão que se coloca e que ficará em aberto é a de saber até que ponto a decisão da atribuição do prémio do Galo de Prata a Monsanto teve em conta a sua proximidade a Espanha, sabendo que, como refere Pedro Félix, o concurso “foi uma das ferramentas” da institucionalização do regime que “ideológica e retoricamente vinham substituir a primeira república e, simbolicamente, se distanciava da Espanha em guerra, em particular da república espanhola” (Félix, 2003: 210, 211). A evidência de que a eleição de Monsanto veio recordar à população os seus deveres para com a pátria através da glorificação do seu passado representado como bélico e vitorioso sobre os inimigos da mesma, num momento particularmente crítico para o Estado Novo, revela o significado acrescido do Galo de Prata colocado no topo da Torre de Lucano, neste sentido equiparável ao castelo enquanto símbolo de poder do Estado-nação.

Num artigo sobre as relações entre Eurico de Sales Viana e o SPN/SNI, Vera Marques Alves, sublinhando o facto de Monsanto ter sido “beneficiário de um processo de folclorização promovido pelas elites locais de Castelo Branco anterior

⁷ Esta frase, integrante do diploma de criação do SPN, encontrava-se inscrita no preâmbulo do regulamento do concurso (ver Brito, 1982: 511).

⁸ Arquivo Distrital de Castelo Branco – Fundo: Governo Civil de Castelo Branco – Correspondência Recebida – 1993/34, 2ª secção, Cx nº 28. Documento citado por Fonseca & Freire (2003: 71).

ao próprio concurso” (Alves, 1997: 255), refere também conflitos entre a população local e o SPN, nomeadamente a recusa por parte da população de emprestar o “traço arraiano” para uma exposição do Secretariado, ou as reivindicações por parte do regedor da freguesia de infra-estruturas em vez das melhorias de carácter estético oferecidas pelo Secretariado (Alves, 1997: 249).

Caracterizada por António Ferro como “fortaleza moral da nossa terra, síntese das virtudes da raça, nossa bandeira de pedra”, de acordo com Pedro Félix (2003: 225), Monsanto terá sido escolhida por “materializar todos os conceitos estruturantes do Estado Novo, objectificando os traços culturais e, por via destes, a ideologia de Salazar. Era uma aldeia de reconhecida fisionomia histórica de carácter nacionalista, cristão, tradicional, heróico, trabalhador” (2003: 225). Dada a persistência de algumas imagens difundidas pelo SPN como “bloco de granito com alma da raça portuguesa” que “lutou contra todos os inimigos da pátria” (2003: 228) e “anti-castelhana”, ideia que de resto se encontra patente na imagem associada à Festa do Castelo assente na lenda do cerco⁹, coloca-se ainda a questão de avaliar a sua persistência nas modalidades representacionais sobre Monsanto.

As várias vertentes do turismo promovido no concelho (termalismo, turismo cultural nas aldeias históricas, turismo natureza, turismo rural, etc.) unificam-se, volatilizando-se na constituição de slogans e pequenos textos promocionais que reproduzem imagens fortes associadas aos campos. Estas narrativas, passíveis de serem utilizadas para publicitar muitos outros espaços rurais, estatuem-se sobre a exaltação das virtualidades regeneradoras e terapêuticas dos espaços rurais definidos por oposição às cidades, nutrindo-se de traços decorrentes da fragilidade demográfica e económica do concelho como o seu despovoamento, traços estes que o turismo supostamente viria combater. A democratização da frequência turística dos campos produziu uma extensa bibliografia que não cabe aqui analisar. Refira-se, todavia, que estes textos de promoção turística expressam os tópicos centrais de análise das motivações da procura dos campos: o ideário pastoral (Marx, 1967;

⁹ De acordo com Leonor Buesco: “Segundo uns os castelhanos, segundo outros os mouros, ou ainda os romanos, sitiavam o Castelo que a própria natureza parecia dotar de inexpugnabilidade. Nunca os sitiante chegariam à posse da fortaleza, nunca poderiam escalar os seus muros e perder-se-iam pelos meandros pedregosos, caindo nas ciladas que os sitiados preparariam escondendo-se em cada brenha, em cada gruta. Os inimigos, porém, castelhanos ou mouros, esperavam que a fome vencesse o Castelo erguido sobre as rochas —e, de facto, os celeiros iam-se, pouco a pouco esgotando. Sete anos, diz a tradição, durou o cerco— sete anos de muda resistência e muda expectativa; e, por fim, dentro do castelo nada mais havia que um alqueire de trigo e uma bezerrinha. A fome alastrava e a perda era inevitável. Surgiu, porém o estratagema salvador: uma velha, com a sabedoria dos seus muitos anos, sugeriu que se desse todo o trigo à vitela e se lançasse do ponto mais alto do Castelo, sobre o acampamento dos inimigos, como sinal de abundância. Assim fizeram. Desfazendo-se sobre as rochas, a bezerra mostrou o ventre repleto de bom trigo —demonstrando que uma protecção, sem dúvida sobrenatural, abastecia os celeiros e os estábulos do Castelo... Isto foi no dia 3 de Maio— e os inimigos, depois de sete anos de espera infrutífera, levantaram o cerco” (Buesco, 1961: 82, 83).

Williams, 1990; Silva, 2006), a “epidemia nostálgica” ou “deserção do presente” (Marx, 1964; Lowenthal, 1985; Urry, 2002; Boym, 2001), a acumulação dos significados que foram sendo atribuídos ao campo por oposição à cidade (Williams, 1973). Com efeito, encontram-se associadas ao campo ideias de liberdade, pureza, autenticidade, inocência, paraíso perdido, i.e., espaço por excelência da fantasia que contrasta com a cidade como lugar de civilização e como tal de constrangimentos, descontentamento, frustração. Deste modo, a construção do lugar turístico reproduz narrativas pré-estabelecidas e estereótipos que por sua vez irão regular o olhar e a experiência turística (Urry, 2002).

Contudo, torna-se aqui particularmente relevante a equivalência entre campo e portugalidade ou lugar onde a essência da nação se oferece à contemplação, acomodando-se assim a processos de mercadorização implícitos no slogan turístico do concelho: “Idanha-a-Nova, provavelmente o concelho mais português de Portugal”.

A conexão entre campo e paisagem nacional e o seu papel nos processos de construção das nações ocidentais (Lowenthal, 1996; Thiesse, 2000; Larsen, 2005) —veja-se a este propósito o paradoxo de em Inglaterra, berço da revolução industrial, a paisagem rural constituir um dos mais poderoso emblemas da nação (Urry 1995: 204-205)— constitui um denominador comum a várias áreas da produção intelectual portuguesa implicadas no processo de construção da nação, nomeadamente na antropologia (Leal, 2006). Esta equação adquire, nos discursos e práticas turísticas, uma conotação positiva, sendo as zonas rurais vistas “como repositórios da «portugalidade»”, e “os seus habitantes entendidos como representantes do «verdadeiro português»” (Silva, 2006: 144).

Luís Silva, na sua investigação sobre o TER em Portugal, concluindo que este não conseguiu cumprir os propósitos de revitalizar os espaços rurais, o que de resto não constitui “novidade para os mentores das políticas de desenvolvimento rural”, interroga-se sobre “a estrutura de justificação ideológica de uma política inócua, do ponto de vista puramente economicista”, concluindo que o investimento que continua a fazer-se no TER deriva de elevado valor simbólico atribuído aos campos como “marcos identitários nacionais” (Silva, 2006: 281-283).

O slogan “Idanha-a-Nova, provavelmente o concelho mais português de Portugal” vem apenas reforçar esta equivalência entre mundo rural e portugalidade, através da adição de um elemento de elevada eficácia retórica: a atribuição do Galo de Prata a Monsanto. Ora este slogan revela-se útil para pensar o olhar turístico sobre os espaços rurais fronteiriços.

A desvitalização da maioria das freguesias da raia portuguesa acomoda-se a processos de mercadorização do seu carácter de “repositórios de portugalidade”, para o qual concorre tanto o vasto território fronteiriço enquadrado em áreas protegidas

sob diferentes categorias¹⁰, como a rede de fortificações da raia. Nas últimas décadas muitas destas fortificações foram objecto de intervenção com vista à sua conservação, sendo que algumas foram mesmo reconstruídas após terem sido total ou parcialmente destruídas pelas populações num longo processo de reutilização dos seus materiais na construção de habitações.

Esta imagem da raia como repositório e simultaneamente guardião de portugalidade, que no caso de Idanha-a-Nova se revela em boa medida devedora dos processos de encenação turística da nação enquanto idílica e “bucólica arcádia” (Pires, 2003: 17) promovidos pelo SPN / SNI, acomoda-se mal a processos de mercadorização da “culturas de fronteira” ou de modos de vida raianos habitualmente representados através de imagens que constantemente ferem a ideia de reduto de portugalidade. A este nível o contrabando constitui um bom exemplo. Apesar da memória do contrabando colhida em Idanha se encontrar associada a um profundo nacionalismo¹¹, a imagem generalizada na sociedade portuguesa sobre o contrabandista fá-lo corresponder ao herói associado à aventura, à liberdade, mas também ao bandoleirismo, ou a alguém que por não se ater às leis do Estado ou viver entre dois Estados é representado como exterior à nação. Estas representações poderão eventualmente explicar o facto de a mercadorização do contrabando se reduzir ao formato do turismo activo ou aventura¹².

Salvaguardando o paradoxo implícito numa frase proferida por Winston Churchill aos bascos em 1947: “Vós, outros contrabandistas bascos, sois os precursores da Federação europeia” (Leizaola, 2010: 505) —visto não existir contrabando sem fronteiras—, Leizaola revela-nos a forte associação representacional entre contrabando e abolição de fronteiras. No quadro desta associação seria talvez pertinente investigar até que ponto ela poderá revelar-se útil para pensar os próprios processos de construção de imagens e narrativas turísticas em espaços fronteiriços, nomeada-

¹⁰ Parque Nacional da Peneda-Gerês, Parques Naturais de Montesinho, Tejo Internacional, Serra de S. Mamede e Vale do Guadiana, Reservas Naturais da Serra da Malcata, do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Stº. António.

¹¹ Note-se que na raia de Idanha-a-Nova as narrativas sobre contrabando podem ser lidas como uma forma de discurso nacionalista. A caracterização e avaliação das populações situadas do outro lado da fronteira fundamenta-se empiricamente na memória dos confrontos com autoridades e receptadores espanhóis ocorridos no contrabando, não só porque foi este o contexto de interacção mais saliente, como ainda porque a interacção produzida no presente se acomoda mal à negativização de espanhóis e à valorização de portugueses. Neste sentido, o contrabando constituiu uma poderosa ferramenta de fronteirização, contribuindo para a diferenciação e hierarquização de dois colectivos nacionais, para a atribuição de inteligibilidade e coerência a estas diferenças e para a actualização local de discursos hegemónicos sobre o eterno conflito com Espanha (cf. Rovisco, 2010).

¹² A inclusão do contrabando nestas tipologias de turismo é comum a muitas outras fronteiras; veja-se, por exemplo, o caso analisado por Aitzpea Leizaola (2010) em Sare (Pirinéus Atlânticos), localidade que se promove como “capital do contrabando”. Ver ainda sobre processos de turistificação de fronteiras, por exemplo, Ioannides *et al.* (2006), Webster & Timothy (2006), Sofield (2006), Prokkola (2007), Gelbman (2008), Lois (2009), Gelbman & Timothy (2010) ou Godinho (2011).

mente até que ponto a presença ou ausência do contrabando nos processos de turistificação de zonas de fronteira poderá estar relacionada, respectivamente, com processos de construção de identidades culturais de proximidade ou de diferenciação (Pereiro, 2009).

Nota Final

Apesar da indústria turística poder ser deformada, ou pelo menos fortemente influenciada pela presença de uma fronteira —na medida em que esta pode travar fluxos ou demarcar distintas políticas de planeamento e promoção (Prokkola, 2007, 2008)—, grande parte dos lugares turísticos do mundo estão situadas em zonas de fronteira.

Muitas fronteiras políticas, sobretudo as que se mantiveram impermeabilizadas ou foram palco de conflitos até há pouco tempo, como é o caso do Muro de Berlim, tornaram-se “lugares de memória” e produtos turísticos. Nestas fronteiras, a promoção turística tem-se alicerçado na exaltação de valores assentes na paz e cooperação entre Estados e na experiência do seu cruzamento, tantas vezes narrado como nostálgico, numa era de democratização das viagens aéreas. Em muitas destas fronteiras assiste-se a um processo de patrimonialização de vários elementos da sua paisagem e simbologia geopolítica, designadamente marcos fronteiriços, sinalização e infra-estruturas como postos de vigilância, edifícios de alfândegas, cancelas, torres de vigia, etc. (Gelbman, 2008).

Contudo, a maioria do turismo praticado nas fronteiras não se relaciona com a linha de demarcação, mas sim com as características atractivas dos espaços que se estendem à sua volta geralmente escassamente povoados e caracterizados como “periféricos”, “remotos” ou “exóticos”. Como foi visto, no espaço em análise, não nos encontramos face a um processo de turistificação da fronteira, mas sim das qualidades “remotas” de uma das suas margens, com uma muito tímida promoção do que poderá ser visitado do outro lado.

Pelo que ficou dito, creio ser possível afirmar encontrarmo-nos aqui bastante longe dos dois grandes objectivos da UE ao apontar o turismo não apenas como instrumento de desenvolvimento das zonas rurais periféricas, como ainda como via para o desenvolvimento de uma consciência regional transfronteiriça. No que concerne ao primeiro objectivo porque se antevê a sua limitada capacidade para inverter os desequilíbrios das estruturas demográficas e a desvitalização económica e social do concelho. Relativamente ao segundo porque o turismo tem aqui contribuído para a reafirmação da identidade nacional, contraditando assim o esbatimento da fronteira enquanto barreira cultural preconizado nos programas de cooperação transfronteiriça.

Bibliografia

- AA VV (1994 [1944]) *Guia de Portugal. III. Beira Baixa*. Lisboa: FCG.
- Alves, Vera Marques (1997) “Os etnógrafos locais e o Secretariado de Propaganda Nacional. Um estudo de caso”. *Etnográfica*, 1 (2), 237-257.
- Baptista, F. Oliveira (2001) *Agriculturas e Territórios*. Lisboa: Celta.
- Baptista, F. Oliveira (2003) “Um rural sem território”. Em J. Portela & J. Castro Caldas (orgs.) *Portugal Chão*. Oeiras: Celta, 47-66.
- Barreto, António (org.) (1996) *A Situação Social em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Barreto, António Pedrosa (1950) *Memorial ou História dos Banhos da Fonte Santa de Monfortinho*. Porto: Tipografia Sequeira.
- Boym, Svetlana (2001) “From cured soldiers to incurable romantics”. Em *The Future of Nostalgia*. New York: Basic Books.
- Brito, Joaquim Pais de (1982) “O Estado Novo e a aldeia mais portuguesa de Portugal”. Em A. Costa Pinto *et al* (orgs.) *O Fascismo em Portugal: Actas do colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980*. Lisboa: A Regra do Jogo, 511-532.
- Buesco, M. Leonor (1961) *Monsanto. Etnografia e linguagem*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos.
- Dias, Jaime Lopes (1945) *O problema da terra e dos que a cultivam*. Edição do autor.
- Dionísio, Santana (1994 [1944]) “Vista dos Hermínios dos nossos dias: da ponte de Trajano à floresta de Penha Garcia”. Em AA VV, *Guia de Portugal. Beira Baixa. III*. Lisboa: FCG, vii-xv.
- Félix, Pedro (2003) “O concurso «A Aldeia Mais Portuguesa de Portugal»”. Em S. Castelo-Branco & J. Freitas Branco (orgs.) *Vozes do Povo. A Folclorização em Portugal*. Oeiras: Celta Editora, 207-232.
- Fonseca, Inês & Freire, Dulce (2003) “O contrabandista, já se sabe, era de oposição. Discursos em torno do contrabando”. *Prohistoria*, VII (7), 51-74.
- Freire, Dulce; Rovisco, Eduarda & Fonseca, Inês (coords.) (2009) *Contrabando na fronteira luso-espanhola: práticas, memórias e patrimónios*. Lisboa: Edições Nelson de Matos.
- Gelbman, Alon (2008) “Border Tourism in Israel: Conflict, Peace, Fear and Hope”. *Tourism Geographies*, 10 (2), 193-213.
- Gelbman, Alon & Timothy, Dallen J. (2010) “From hostile boundaries to tourist attractions”. *Current Issues in Tourism*, 13 (3), 239-259.
- Godinho, Paula (2011) *Oir o galo cantar duas vezes: Identificacões Locais, Culturas das marxes e Construción de nacións na fronteira entre Portugal e Galicia*. Ourense: Publicación da Deputación de Ourense.
- Herculano, Alexandre (1982 [1856]) *História de Portugal II*. Amadora: Bertrand.

- Hobsbawm, Eric & Ranger, Terence (2000 [1983]) *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Honey, Martha (1999) *Ecotourism and sustainable development: who owns paradise?* Washington: Islands Press.
- Ioannides, Dimitri; Nielsen, Per Åke & Billing, Peter (2006) “Transboundary Collaboration in Tourism: the Case of the Bothnian Arc”. *Tourism Geographies*, 8 (2), 122-142.
- Joaquim, Graça (1999) “Turismo e mundo rural: que sustentabilidade?”. Em C. Cavaco (org.) *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos / Universidade de Lisboa, 305-312.
- Labrianidis, Lois (org.) (2004) *The Future of Europe's Rural Peripheries*. Hampshire: Ashgate.
- Larsen, Sven Erick (2005) “The national landscape: national identity or post-colonial experience”. *European Review*, 13 (2), 293-303.
- Leal, João (2006 [1995]) “Imagens contrastadas do povo: cultura popular e identidade nacional na antropologia portuguesa oitocentista”. Em *Antropologia em Portugal. Mestres, percursos, transições*. Lisboa: Livros Horizonte, 99-110.
- Leizaola Egaña, Aizpea (2010) *Muga: Frontiere, identité et territoire au Pays Basque*. Tese de doutoramento em Etnologia. Université Paris Ouest Nanterre / Policopiado.
- Lois, Maria (2009) “Practicar frontera: turismo, geografías locales y relaciones sociales en las periferias europeas”. Em H. Cairo, P. Godinho e X. Pereiro (coords.) *Portugal e Espanha. Entre discursos de centro e práticas de fronteira*. Lisboa: Edições Colibri / IELT, 199-214.
- Lowenthal, David (1985) *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lowenthal, David (1996) “Paysages et identités nationales”. Em M. Jollivet & N. Eizner (orgs.) *L'Europe et ces Campagnes*. Paris: Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques, 245-274.
- Marx, Leo (1967 [1964]) *The Machine in the garden: technology and the pastoral ideal in the Americas*. Oxford: Oxford University Press.
- Pires, Ema (2003) “Aquarelas da nação: turismo, mobilidades em lazer e nacionalismo: as pousadas do SPN / SNI (1942-1948)”. Em J. Freitas Branco & A. Isabel Afonso (orgs.) *Retóricas sem Fronteiras*. I. Oeiras: Celta Editora, 15-25.
- Pereiro, Xerardo (2003) “Patrimonialização e transformação das identidades culturais”. Em J. Portela & J. Castro Caldas (orgs.) *Portugal Chão*. Oeiras: Celta Editora, 231-248.
- Pereiro, Xerardo (2009) “Imagens e narrativas turísticas do «outro»: Portugal-Galiza”. Em H. Cairo, P. Godinho e X. Pereiro (coords.) *Portugal e Espanha. Entre discursos de centro e práticas de fronteira*. Lisboa: Edições Colibri / IELT, 173-198.

- Portela, José (2003) “Portugal-Chão: que futuro futurível”, em J. Portela & J. Castro Caldas. *Portugal Chão*. Oeiras: Celta Editora, 3-33.
- Prokkola, Eeva-Kaisa (2007) “Cross-border Regionalization and Tourism Development at the Swedish-Finnish Border: «Destination Arctic Circle»”. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 7 (2), 120-138.
- Prokkola, Eeva-Kaisa (2008) “Border Narratives at Work: Theatrical Smuggling and the Politics of Commemoration”. *Geopolitics*, 13 (4), 657-675.
- Ribeiro, Manuela & Marques, Carlos (2002) “Rural Tourism and the development of less favoured areas: between rethotic and practice”. *International Journal of Tourism Research*, 4, 211-220.
- Ribeiro, Orlando (1939) “Povoamento rural e regimes agrários no sudeste da Beira”. *Revista da Faculdade de Letras*, VI (1 e 2), 281-295.
- Ribeiro, Orlando (1943) “A cultura do trigo no sueste da Beira: aspectos e problemas geográficos”. *Boletim da Federação de Produtores de Trigo*, 5, 15-34.
- Ribeiro, Orlando (1991) “Dois estudos de geografia agrária da Beira Baixa”. *Ópusculos Geográficos*, IV, Lisboa: FCG, 215-254.
- Ribeiro, Orlando (1994 [1944]) “Introdução”. AA VV. *Guia de Portugal. III. Beira Baixa*. Lisboa: FCG, 625-639.
- Rovisco, Eduarda (2010) “*Não queirais ser castelhana*”. *Fronteira e contrabando na raia do concelho de Idanha-a-Nova*. Tese de doutoramento em Antropologia. Lisboa: ISCTE-IUL / Policopiado.
- Santos, Boaventura de Sousa (2002 [1994]) *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Carla (2004) “Framing Portugal: representational dynamics”. *Annals of Tourism Research*, 31 (1), 122-138.
- Schama, Simon (1995) *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, Luís (2006) *Processos de mudança nos campos: o Turismo em Espaço Rural*. Tese de Doutoramento em Antropologia. Lisboa: ISCTE / Policopiado.
- Silva, Luís (2009) “A patrimonialização e a turistificação do contrabando”. Em D. Freire, E. Rovisco & I. Fonseca (orgs.). *Contrabando na fronteira luso-espanhola: práticas, memórias e patrimónios*. Lisboa: Edições Nelson de Matos, 255-288.
- Sofield, Trevor H. B. (2006) “Border Tourism and Border Communities: An Overview”. *Tourism Geographies*, 8 (2), 102-121.
- Thiesse, Anne-Marie (2000) *A Criação das identidades nacionais*. Lisboa: Temas e Debates.
- Urry, John (1995) *Consuming places*. Londres: Routledge.
- Urry, John. (2002 [1990]) *The tourist gaze*. Londres: Sage.
- Viegas, José & da Costa, António Firmino (1998) *Portugal: que moderni-dade?* Oeiras: Celta Editora.

- Webster, Craig & Timothy, Dallen J. (2006) “Travelling to the «Other Side»: the Occupied Zone and Greek Cypriot Views of Crossing the Green Line”. *Tourism Geographies*, 8 (2), 162-181.
- Williams, Raymond (1990 [1973]) *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Editora Schuwarcz.